



**AgEcon** SEARCH  
RESEARCH IN AGRICULTURAL & APPLIED ECONOMICS

*The World's Largest Open Access Agricultural & Applied Economics Digital Library*

**This document is discoverable and free to researchers across the globe due to the work of AgEcon Search.**

**Help ensure our sustainability.**

Give to AgEcon Search

AgEcon Search

<http://ageconsearch.umn.edu>

[aesearch@umn.edu](mailto:aesearch@umn.edu)

*Papers downloaded from **AgEcon Search** may be used for non-commercial purposes and personal study only. No other use, including posting to another Internet site, is permitted without permission from the copyright owner (not AgEcon Search), or as allowed under the provisions of Fair Use, U.S. Copyright Act, Title 17 U.S.C.*



## **PLURIATIVIDADE E SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR**

**FLÁVIO SACCO DOS ANJOS; NÁDIA VELLEDA CALDAS; MARIA REGINA  
CAETANO COSTA;**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

**PELOTAS - RS - BRASIL**

**flaviosa@ufpel.edu.br**

**APRESENTAÇÃO COM PRESENÇA DE DEBATEDOR**

**AGRICULTURA FAMILIAR**

## **PLURIATIVIDADE E SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR**

**Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar**

### **Resumo:**

Nesse artigo os autores dedicam-se a examinar a questão da sucessão na agricultura familiar. Discutem fundamentalmente a influência da pluriatividade do ponto de vista das possíveis mudanças operadas nas estratégias de transmissão do patrimônio fundiário. A primeira seção é dedicada a uma rápida abordagem sobre a pluriatividade enquanto categoria de análise, bem como sobre seus vínculos com a dinâmica da agricultura familiar no sul do Brasil. Na segunda seção, os autores esclarecem o marco metodológico que embasou a investigação, que se desenvolveu entre os anos 2002 e 2004 em quatro regiões da geografia gaúcha. Existe uma literatura específica que trata sobre as práticas tradicionais de transferência do patrimônio fundiário na agricultura familiar, entre as quais figuram a herança impartível, o minorato ou o *maiorazgo*. É este o objeto da terceira seção deste trabalho, ao passo que é na quarta seção onde são apresentados e discutidos os resultados da presente pesquisa. Os autores coincidem com a opinião de outros estudiosos no sentido de apontar um conjunto de transformações que modificam o padrão sucessório dominante até meados dos anos sessenta. Em algumas das regiões, regidas pela escassez de oportunidades de renda (agrícola e não-agrícola) e por reiteradas dificuldades na agricultura, há verdadeiramente uma crise de sucessão. Tudo indica que o



processo sucessório na agricultura familiar é bastante mais afetado pelo grau de dinamismo das atividades econômicas na região em que esta se encontra inserida, e pelo tamanho do negócio familiar, do que em virtude da maior ou menor incidência da pluriatividade. O nível mais baixo das rendas (agrícolas e não-agrícolas) não é suficiente para explicar esse quadro mas, sem dúvida alguma, é parte da explicação.

**PALAVRAS-CHAVES:** agricultura familiar, estratégias de sucessão, pluriatividade.

## PLURIATIVIDADE E SUCESSÃO HEREDITÁRIA NA AGRICULTURA FAMILIAR

### 1. INTRODUÇÃO

A noção correspondente à pluriatividade carrega consigo a marca da heterogeneidade, a qual se expressa não apenas em função da diversidade de situações concretas que o termo pode abarcar, senão com o momento histórico ao qual aparece associada enquanto expressão do estágio de desenvolvimento das forças produtivas no campo e na sociedade em geral. No Brasil o debate sobre a questão é ainda incipiente e sua incorporação às agendas de investigação social não tem coincidido com o necessário aprofundamento sobre seu real significado. Alguns trabalhos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2004) buscam elucidar a distinção existente entre *part time farming* e pluriatividade à luz da experiência internacional. Enquanto o primeiro conceito aparece associado à etapa de hegemonia do paradigma da modernização, o segundo – a pluriatividade – acha-se conectado com a etapa atual, marcada pelo paradigma da multifuncionalidade (SACCO DOS ANJOS, 2001). Objetivamente designa um tipo de exploração em que seus membros desempenham inúmeras atividades remuneradas, agrícolas e não-agrícolas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento. A unidade de análise para a ser a família, não mais o titular do estabelecimento, assim como o tempo de trabalho deixa de ser visto como um critério de enquadramento das explorações.

O aparecimento do Projeto Rurbano representou um passo importante na tentativa de captar as novas dinâmicas que atravessam o meio rural brasileiro do ponto de vista da ocupação da população ali residente. A ênfase recaiu na busca por avaliar a importância das atividades e rendas não-agrícolas para as famílias rurais brasileiras, figurando, em destaque, a questão da pluriatividade. Um dos principais desdobramentos do Rurbano aponta para a identificação dos novos papéis (residência, lazer, preservação cultural, etc.) que os espaços rurais cumprem para a sociedade, os quais, em última instância, transcendem a esfera estrita e quase exclusiva da produção de alimentos e matérias-primas. Há, no entanto, outras condições que devem ser levadas em conta no exame dessa questão. Na década de noventa o declínio dos preços agrícolas atinge a maioria dos produtos, tal como apontam alguns estudos (SACCO DOS ANJOS, 2003). Ao que tudo indica, esse quadro permanece como resultado da abertura comercial, da ampliação dos mercados e da concorrência externa. Os incrementos sucessivos de produtividade resultam do esforço de adequação aos imperativos do mercado e a um cenário cada vez mais competitivo na agricultura. O recurso à pluriatividade<sup>1</sup> reveste-se de importância no sentido de identificar algumas das formas através das quais as explorações familiares resistem à sua própria desaparecimento, particularmente aquelas que conhecem limites à obtenção de ganhos à escala e que se empenham no sentido de suportar as pressões dos mercados em face da busca por eficiência e pela profissionalização, na maioria dos setores produtivos.

Ainda que exista um certo consenso sobre os atributos da pluriatividade, das circunstâncias e causas que a produzem, o fenômeno suscita outras questões que merecem ser discutidas. No universo da agricultura familiar as relações contraídas no âmbito interno e externo tem por referência, como alude Wanderley (1999, p.29), o “horizonte das gerações”. A expressão em epígrafe tem a ver com o fato de que a família estabelece estratégias que visam não apenas a

<sup>1</sup> Schneider (1999) aborda a pluriatividade praticada por colonos gaúchos vinculados à indústria de calçados.

sobrevivência imediata (no curto prazo), mas a garantia da reprodução das gerações subsequentes. Mas se esse atributo é válido para identificar a forma familiar de produção, que tipo de implicações são esperadas de situações nas quais a agricultura perde a centralidade enquanto instrumento exclusivo de sustentação material de seus membros? As regras de parentesco e herança são modificadas em função das múltiplas inserções produtivas de seus membros? Quais os desdobramentos possíveis diante do fato de que a produção de cultivos e criações não corresponde com o exercício profissional, pleno e exclusivo, da força de trabalho familiar? A sucessão na agricultura familiar envolve não apenas a transferência de um patrimônio e de capital imobilizado ao longo das sucessivas gerações, mas de um verdadeiro código cultural que orienta escolhas e procedimentos dirigidos a garantir com que pelo menos um dos sucessores possa reproduzir a situação original.

O objetivo desse artigo converge, portanto, em explorar possíveis vínculos existentes entre o exercício da pluriatividade e os procedimentos usuais de transmissão do patrimônio fundiário na agricultura familiar, tomando por base pesquisa recente que se desenvolveu em quatro regiões do Rio Grande do Sul. Para responder aos questionamentos anteriormente formulados faremos uso do confronto entre explorações agrícolas exclusivas e pluriativas, visando detectar possíveis diferenças do ponto de vista de inúmeros aspectos, entre os quais a existência ou não de herdeiros, bem como as opiniões relativas ao futuro da agricultura, do desejo de que os filhos sejam agricultores ou exerçam outras profissões. Além dessa introdução, o artigo divide-se em quatro seções. A segunda delas é dedicada a explicitar o marco metodológico da pesquisa, tendo como foco as características que distinguem as explorações pluriativas e agrícolas exclusivas. A terceira realiza uma aproximação à questão das estratégias de sucessão e os procedimentos usuais adotados pelas famílias no que afeta à transmissão do patrimônio fundiário. A quarta seção é onde retomam-se as questões originalmente concebidas à luz dos dados e informações levantados. As conclusões apontam para os grandes desafios em que se vêem mergulhadas as propriedades familiares no que tange às perspectivas em relação ao futuro.

## 2. O MARCO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Os dados que serão aqui referidos referem-se a projeto de pesquisa financiado pelo CNPq intitulado “*Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Local: a emergência de uma nova ruralidade no Rio Grande do Sul*” (doravante referida como Pesquisa AFDLP – CNPq/UFPel-UFRGS). Trata-se de investigação desenvolvida pelo Departamento de Ciências Sociais Agrárias da UFPel, em parceria com o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS. Esta pesquisa, levada a efeito em quatro zonas do território gaúcho, compreendeu as microrregiões de Pelotas (extremo sul), Caxias do Sul (serra gaúcha), Cerro Largo (fronteira com Argentina) e Alto Uruguai (fronteira norte com Santa Catarina) que incluem aproximadamente 2.500 estabelecimentos rurais no total.

Em cada uma das delas foi escolhido um município representativo, do qual foi extraída uma amostra de aproximadamente 9 a 10% das explorações familiares ali existentes. Este procedimento resultou num total de 238 estabelecimentos investigados, cujos titulares e/ou pessoas de referência, foram submetidos à aplicação de um questionário estruturado, o qual propiciou a montagem de um banco de dados (formato *SPSS*) com aproximadamente 1.200 variáveis. O objetivo geral da pesquisa foi examinar a dinâmica da agricultura familiar com ênfase no papel das atividades e rendas (agrícolas e não-agrícolas).

Consideramos como agricultura familiar as situações em que houvesse o desenvolvimento de alguma atividade agrícola comercial no estabelecimento. Em relação ao tamanho da propriedade decidiu-se descartar as unidades de produção que excedessem a 4 módulos fiscais<sup>2</sup>. Também formaram parte da amostra os agricultores cujos estabelecimentos não eram de propriedade dos responsáveis, incluindo outras modalidades de uso da terra, como o arrendamento, posse, ocupação provisória, meação, parceria, etc. As chamadas “chácaras de final de semana” e os sítios de recreio de pessoas de origem urbana foram excluídas da análise. Outrossim, integraram a amostra os grupos domésticos em que viviam exclusivamente aposentados rurais. Mesmo nesse caso haveria que existir pelo menos a produção para o autoconsumo, ou que houvesse sido desenvolvido algum tipo de venda de produtos ou execução de quaisquer atividades agrícolas na geração de receitas ao longo do ano agrícola 2001-2002.

## 2.1 A incidência da pluriatividade nos quatro estudos de caso

A Tab. 1 indica que dos 238 estabelecimentos investigados, 135 (56,7%) são conduzidos por famílias agrícolas exclusivas e 103 (43,3%) por famílias pluriativas. A maior ou menor incidência da pluriatividade, tal como ficou demonstrado nessa pesquisa, exprime o maior ou menor grau de diversificação da economia regional, bem como o estágio em que o grupo familiar se encontra do ponto de vista do seu respectivo ciclo vital.

Tabela 1. Distribuição dos estabelecimentos segundo a condição da família (exclusivamente agrícola ou pluriativa).

Tipo de família	Nº	%
Exclusivamente agrícola	135	56,7
Pluriativa	103	43,3
Total	238	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

É no município de Veranópolis que encontramos a maior proporção de explorações pluriativas (57,6%). Em Três Palmeiras, no extremo oposto, é onde esse fenômeno menos incide (27,1%). Trata-se, nesse caso, de uma localidade onde a agricultura representa a principal atividade econômica, dado o escasso nível de desenvolvimento de outros setores (comércio, indústria). A produção de soja representa a principal atividade econômica na sustentação da renda das famílias rurais e da economia regional.

## 3. FORMAS DE TRANSMISSÃO DO PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO NA AGRICULTURA FAMILIAR

Diversas são as causas que poderíamos apontar para o fato de que o tema da sucessão, no âmbito das formas familiares de produção, têm merecido um menor destaque por parte dos estudiosos da realidade social do campo brasileiro. Uma delas passa inexoravelmente pelo fato de que nos encontramos diante de um assunto cujas implicações são enormes para um grande

<sup>2</sup> O módulo fiscal é definido no Estatuto da Terra (Lei nº 4504 de 30-11-64). Resumidamente podemos defini-lo como uma porção de terra capaz de garantir a sustentação material de um agricultor e de sua família, variando suas dimensões acordo com a região e tipo de exploração.

número de unidades domésticas rurais onde, não raras vezes, emergem conflitos dos mais diversos envolvendo a posse de uma terra que invariavelmente é escassa, representando, ainda hoje, o principal ativo do patrimônio familiar. Por outra parte, toda e qualquer aproximação que se faça para entender a lógica que orienta o uso e destinação da terra converte-se numa tarefa extremamente complexa diante da multiplicidade de arranjos adotados no âmbito da agricultura familiar, se comparada com qualquer outra forma social de produção. Nem sempre a existência de um sucessor e proprietário formal da terra, escolhido entre os membros do grupo doméstico, pode ser vista como algo estático e perfeitamente consensuado no seio da unidade familiar. A realidade desvela modalidades extremamente diversificadas de controle da terra, envolvendo, entre outras formas, a cessão temporária, regime de usufruto e troca de bens, por meio das quais as famílias encontram saídas para enfrentar o que se conhece como “crise de sucessão” na produção familiar, invariavelmente em desacordo com os procedimentos previstos no código civil. Elas desvelam, em última análise, a natureza enigmática com que se apresentam as formas familiares de produção no contexto do Brasil meridional e latinoamericano em geral.

Com base no resgate da literatura existente acerca do assunto, poder-se-ia estabelecer duas orientações básicas no que afeta às formas de transmissão do patrimônio fundiário no contexto do agricultura familiar. A primeira delas é o que se denomina herança impartível, enquanto a segunda corresponde à herança partilhada entre todos os herdeiros, sejam eles do gênero masculino e/ou feminino. Entre ambas orientações existiriam formas intermediárias, como no caso das situações em que a subdivisão dá-se exclusivamente entre herdeiros do gênero masculino, excluindo as mulheres de uma participação correspondente na transmissão do patrimônio fundiário. Tradicionalmente o dote ou enxoval personificava o mecanismo compensatório decorrente da exclusão feminina da condição de herdeira da terra.

Alguns desses traços gerais aparecem referidos em estudo desenvolvido por Seyferth (1985) junto a comunidades rurais do Vale do Itajaí-Mirim (SC), marcadas pelos traços colonização alemã, perfeitamente generalizáveis para outras situações em que houve um processo similar de assentamento de imigrantes europeus, como nas zonas sobre as quais nos debruçamos a estudar no marco dessa investigação. Segundo Seyferth, entre os camponeses de ascendência germânica procedentes do condado de Baden-Württemberg predominava o “*realteilung*” ou herança partilhada, ao passo que entre os originários do Schleswig-Holstein ter-se-ia a herança impartível. Essa é a explicação apontada para o fato de que numa das áreas de estudo (Guabiruba) as propriedades apresentavam uma dimensão menor que em Brusque, dado que no primeiro caso predomina uma origem “*badense*” entre os colonos, ao passo que em Brusque há um predomínio da ascendência de Schleswig-Holstein. Na herança impartível as principais referências indicam a ultimogenitura ou minorato como tendência dominante até entrados os anos 1960, justo no período que antecede ao processo de modernização da agricultura e das mudanças a ele associadas. Na prática, o filho mais jovem, de uma família, de prole normalmente numerosa, era também o último casar. Nesse caso, havia uma tendência a que a constituição de uma nova família, por parte deste, tendia a coincidir com o cessamento de atividade por parte dos pais. Em troca de receber a terra o sucessor arcava com a incumbência de assumi-los até o fim de seus dias, marcando, assim, o rito de transição no universo da exploração familiar. Desse cenário faziam parte outros aspectos que merecem registro, como o fato de que a terra representava o bem maior de cada família, bastante escasso em face da crescente demanda por parte dos descendentes de imigrantes. As famílias eram igualmente numerosas, sendo o número de filhos

um fator determinante da prosperidade de unidades produtivas, em razão da estrita dependência de braços para tocar as atividades e permitir com que houvesse um incipiente processo de acumulação da renda familiar. A construção de um alambique, olaria, moinho ou tafona de farinha estava essencialmente associada a estabelecimentos detentores de uma prole numerosa.

Em seu estudo, Seyferth (1985) alude situações em que a difícil localização das terras, a excessiva fragmentação dos lotes ou o esgotamento dos solos conduz, em última instância, ao êxodo rural ou à proletarianização dos colonos. Entretanto, no caso por ela examinado “*a tendência dos colonos [...] tem sido permanecer no campo como **worker peasants** (operários-camponeses), sempre que possível, ou como assalariados na indústria*” (SEYFERTH, 1985, p.6; destacado no original). A questão que nos parece crucial examinar nesse artigo tem a ver com o fato de que a maior ou menor incidência da pluriatividade possa estabelecer algum tipo de influência sobre os mecanismos usuais de transmissão do patrimônio fundiário no âmbito da agricultura familiar. Ainda que suas observações apresentem-se absolutamente circunscritas à condição do colono-operário catarinense, merecem registro suas impressões sobre esse tema. Segundo a autora:

A existência de um mercado de trabalho fora da agricultura, numa atividade que não requer maior qualificação profissional, teve duas conseqüências num certo sentido opostas: permitiu a fragmentação das propriedades agrícolas, como também, num sentido inverso, criou opções para aqueles que eram excluídos da herança da terra. A industrialização regional não tem muito a ver com as formas de transmissão do patrimônio camponês que hoje persistem no Itajaí-mirim, mas certamente facilitou os arranjos e tornou menos dramática a disputa pela terra no âmbito de cada família camponesa.

Entretanto, alguns estudos recentes (MELLO et al, 2001) dão conta de que houve uma verdadeira *implosão* nos padrões sucessórios que predominavam até meados dos anos 1960. Entre as causas apontadas figuram as dificuldades na formação de novas unidades produtivas e o desejo de muitos jovens de não reproduzirem o papel de seus pais. Há todavia outros fatores que contribuem para agravar esse quadro como a redução do número de filhos por casal e, logicamente, de herdeiros potenciais para o patrimônio familiar.

Outros estudos (SACCO DOS ANJOS e CALDAS, 2003) advertem em relação às importantes transformações incidentes no meio rural dos estados meridionais. Revestem-se de importância três grandes processos, segundo apontam, quais sejam, a masculinização, o envelhecimento e a desagrarização. Os dois primeiros deles decorrem do impacto de um êxodo rural cada vez mais seletivo operado nas duas últimas décadas no campo, o qual remete às cidades o *grosso* da mão de obra jovem e preferencialmente feminina, podendo comprometer, no longo prazo, a própria renovação da força de trabalho rural. O envelhecimento, por outro lado, é fruto do incremento da esperança de vida da população rural, concomitantemente com a redução absoluta e relativa da participação da população jovem. A desagrarização, finalmente, exprime a capacidade declinante da agricultura no sentido de ocupar a população economicamente ativa do campo brasileiro, *vis a vis* o crescimento no número de pessoas absorvidas em atividades extra-agrícolas, tal como evidencia a evolução das pesquisas nacionais por amostra de domicílios (PNADs). O que aqui se busca evidenciar é que há inúmeras mudanças incidentes sobre o meio rural, as quais, de alguma ou de outra forma, podem estar afetando os procedimentos usualmente adotados pelas famílias para conceber seus projetos de futuro do ponto de vista da sucessão em suas propriedades. Os dados que a seguir apresentamos indicam algumas evidências destas



mudanças, ainda que seja esta uma aproximação a um tema, que, como aludimos anteriormente, é deveras complexo para ser abordado com base nos procedimentos metodológicos de que nos servimos nessa pesquisa.

## 4. ALGUNS RESULTADOS DA PESQUISA

### 4.1 Formas de obtenção das terras

Os dados da Tab. 2 mostram que 48,3% dos entrevistados obtiveram suas terras através da herança, seguida da compra de terceiros (26,5%) e compra de parentes (14,3%). Nas zonas de colonização mais antiga, como na área de colonização italiana (Serra Gaúcha), predomina a herança em detrimento de outras formas de obtenção das terras. No extremo oposto, nas regiões de ocupação mais recente, como é o caso do Alto Uruguai e Missões, é onde se percebe a maior incidência da modalidade de acesso através da compra. Outro traço marcante no universo da agricultura familiar prende-se à questão do predomínio masculino na transferência do patrimônio fundiário. Raros são os casos em que encontramos mulheres herdeiras da propriedade familiar.

Tabela 2. Forma de obtenção das terras entre os agricultores familiares entrevistados.

Forma de obtenção	Nº	%
Herança	115	48,3
Compra de terceiros	63	26,5
Compra de parentes	34	14,3
Posse provisória	10	4,2
Doação	2	0,8
Outra	14	5,9
Total	238	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Os dados da Tab. 3 identificam-se com tal assertiva. Nos casos em que efetivamente houve herança, os entrevistados foram perguntados sobre quem herdou a terra na família. Nitidamente percebe-se que os procedimentos usuais excluem as mulheres do processo de sucessão. Em apenas 10,2% dos casos a terra de que se utilizam resultou de um processo de herança pela via da esposa, ao passo que sobre o esposo tem-se uma proporção equivalente a 64,0%. A situação em que ambos herdaram partes da propriedade que hoje exploram atinge 8,8% dos casos. A alta proporção dos que não responderam inclui uma miríade de arranjos difíceis de classificar, bem como as situações em que o processo sucessório não estava ainda concluído por ocasião da entrevista.

Tabela 3. Distribuição dos estabelecimentos em que houve herança segundo o beneficiário predominante.

Beneficiário da herança familiar	%
O esposo	64,0
A esposa	10,2
Ambos	8,8
Outra pessoa	2,7
Não respondeu/não se aplica	14,3
Total	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

## 4.2 Perspectiva de sucessores

Até meados dos anos sessenta o elevado número de filhos obrigava a que muitas famílias tivessem de adotar procedimentos que reduzissem o número de herdeiros potenciais, tais como o envio de filhos para a carreira militar ou religiosa, assim como via financiamento de estudos. A situação atual é bastante distinta. Perguntamos aos entrevistados se existiam perspectivas de que algum filho ou outro membro da família pudesse assumir o estabelecimento quando seus titulares se retirassem da atividade. Os dados da Tab. 4 mostram que 47,1% dos entrevistados responderam afirmativamente, ao passo que 34,0% indicaram a não existência de sucessores; 18,9% não souberam ou não quiseram informar. Há diferenças entre estabelecimentos pluriativos e agrícolas exclusivos no que toca à existência de sucessores na exploração familiar? Os dados da Tab.5 oferecem algumas pistas em relação a esta questão. Das 112 explorações que afirmaram ter perspectiva de sucessor 56 são pluriativas e 56 são agrícolas exclusivas. Nas que responderam *não* 35,9% são pluriativas e 32,6% são agrícolas exclusivas. Entre as que não souberam informar 25,9% são agrícolas exclusivas e 9,7% são pluriativas.

Tabela 4. Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo a perspectiva de sucessor na exploração familiar.

Existência potencial de sucessores	Nº	%
Sim	112	47,1
Não	81	34,0
Não soube/não quis informar	45	18,9
Total	238	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

A Tab. 5 mostra que dentre os 103 estabelecimentos pluriativos, 56 reiteraram haver sucessores potenciais, o que equivale a um porcentual correspondente a 54,4%, ao passo que 9,7% não souberam informar. No extremo oposto, dos 135 estabelecimentos enquadrados como agrícolas exclusivos, 41,5% afirmaram a possibilidade de contar com herdeiros potenciais para a exploração familiar, ao passo que 32,6% não os possuem; 25,9% não souberam ou não quiseram informar. Vista sob este ângulo a reprodução das explorações parece proporcionalmente mais indefinida entre as que são agrícolas exclusivas do que entre as pluriativas. Poder-se-ia aventar algumas explicações possíveis para justificar tais diferenças. Uma delas passa pelo fato de que os estabelecimentos pluriativos tendem a possuir um maior número de residentes nos domicílios em relação aos que são agrícolas exclusivos, o que supostamente aumentaria as chances de haver sucessores no seio do grupo doméstico. Os dados da Tab. 6 indicam essa tendência em todos os municípios examinados, à exceção de Três Palmeiras onde a média é idêntica entre os dois tipos de exploração cotejados.

Outra forma de analisar a questão da sucessão é mostrada nos dados da Tab. 7. Vemos que a inexistência de perspectiva de encontrar sucessores na família atinge 38,7% das explorações em Morro Redondo, 36,2% em Salvador das Missões, 25,4% em Três Palmeiras e 35,6% em Veranópolis.

Tabela 5. Distribuição dos estabelecimentos agrícolas exclusivas e pluriativos investigados segundo a existência potencial de sucessores na exploração familiar.

Existência de sucessores	Pluriativos		Agricultores exclusivos	
	Nº	%	Nº	%
Sim	56	54,4	56	41,5
Não	37	35,9	44	32,6
Não soube/não quis informar	10	9,7	35	25,9
Total	103	100,0	135	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Tabela 6. Número médio de residentes nos estabelecimentos conduzidos por famílias agrícolas exclusivas e pluriativas nos municípios investigados.

Tipo de estabelecimento	Município			
	Morro Redondo	Salvador das Missões	Três Palmeiras	Veranópolis
Agricultor exclusivo	3,6	4,0	4,0	3,8
Pluriativo	4,3	5,0	4,0	5,2

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Tabela 7. Distribuição dos estabelecimentos segundo a existência potencial de herdeiros nos quatro municípios investigados.

Existência potencial de herdeiros	Município							
	Morro Redondo		Salvador das Missões		Três Palmeiras		Veranópolis	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	22	35,5	30	51,7	34	57,6	26	44,1
Não	24	38,7	21	36,2	15	25,4	21	35,6
Não sabe	16	25,8	7	12,1	10	16,9	12	20,3
Total	62	100,0	58	100,0	59	100,0	59	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

O setor familiar da agricultura gaúcha mostra enormes discrepâncias nas condições em que operam as explorações do ponto de vista das condições técnicas, do acesso à terra, do grau de capitalização, do maior ou menor nível de diversificação produtiva dos territórios e, conseqüentemente, da possibilidade de incrementar o nível de ingresso econômico familiar dentro e fora do estabelecimento. Os dados da Tab. 8 mostram que a renda agrícola média anual das explorações que têm perspectivas de contar com sucessores é de quase R\$ 16 mil, ao passo que onde isso não ocorre, o mesmo dado é de aproximadamente R\$ 9,5 mil, ou seja, quase 60% inferior. A renda total representa o somatório de todos os tipos de renda com que contam as explorações familiares, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas. Nos estabelecimentos onde há perspectivas de encontrar sucessores na família a renda total supera em aproximadamente 46% aos que não contam com essa possibilidade. Entre os que não souberam ou não quiseram informar a renda agrícola anual média e a renda total média correspondem a respectivamente R\$ 11.373 e R\$ 16.101.

Os dados da Tab. 9 parecem convergir na direção da informação apresentada na Tab.8. Perguntamos aos nossos entrevistados se julgam existir perspectivas na agricultura e se vêem futuro para sua família nessa atividade. Os que responderam afirmativamente possuem uma renda agrícola média consideravelmente mais alta em relação aos que se mostram céticos ou os que não souberam responder. Estas 140 explorações correspondem a quase 59% do total de estabelecimentos investigados, apresentando, em geral, um maior grau de tecnificação e integração aos mercados, bem como um capital de exploração significativamente superior às demais. Analisando-se a renda total média vemos que a diferença se reduz entre as que responderam *sim* e as que responderam *não* em relação à mesma pergunta. Ocorre que os demais tipos de renda, sejam elas decorrentes da pluriatividade ou das transferências sociais, reduzem as distâncias que separam os diversos tipos de estabelecimentos familiares. Essa situação é clara no caso da previdência social rural, cujos benefícios incidem sobre os diversos tipos de explorações, independente do tamanho da família ou do negócio familiar. Esta política pública, assim como outras transferências sociais, contribui no sentido de assegurar um nível de consumo socialmente aceitável para o conjunto da população do campo. O grupo de estabelecimentos que responderam negativamente à questão formulada é essencialmente formado por famílias que vêem sua condição mais ameaçada enquanto agricultores; a expectativa de direito com o recebimento futuro da aposentadoria reduz significativamente a propensão ao êxodo rural.

Tabela 8. Renda agrícola média anual e Renda total anual média nos estabelecimentos onde existem e onde inexistem sucessores.

Existência potencial de sucessores	Renda Agrícola anual Média	Renda Total Anual Média
Sim	15.597,74	23.837,27
Não	9.536,26	16.312,26
Não soube informar	11.373,63	16.101,47

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPEL/UFRGS, 2003

Tabela 9. Renda agrícola média anual e Renda total anual média nos estabelecimentos investigados segundo a opinião sobre a existência de perspectivas na agricultura para a família.

Existência de perspectivas na agricultura para a família	Renda Agrícola Anual Média	Renda Total Anual Média	Nº de estabelecimentos
Sim	15.563,13	23.444,38	140
Não	9.187,26	15.354,16	72
Não sabe informar	7.219,68	12.546,50	24
Sem resposta	8.801,91	13.401,91	2

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPEL/UFRGS, 2003

### 4.3 Uma profissão ameaçada?

Os problemas ligados à sucessão hereditária obviamente não podem ser reduzidos à questão das rendas ou das perspectivas da agricultura enquanto atividade primordial que ocupa a

maior parte da população rural. A última década, como aludimos anteriormente, coincide, simultaneamente, com o recrudescimento no processo de destruição do emprego agrícola e crescimento no número de pessoas ocupadas em atividades não-agrícolas, assim como de desempregados. Tudo indica que a queda das rendas agrícolas estimula a busca de fontes adicionais de ingresso econômico para assegurar o atendimento das necessidades familiares, sendo esta iniciativa favorecida nas regiões e localidades que apresentam uma economia mais diversificada e um mercado de trabalho que indistintamente ocupa a mão de obra residente no campo e na cidade, como é precisamente o caso de Veranópolis e de outros municípios da Serra Gaúcha. Ainda assim, como alude Abramovay (1992, p.191), o meio agrícola impõe uma *“hereditariedade social sem equivalente em qualquer outra categoria da sociedade”*, sendo o parentesco o laço social básico na reprodução da empresa rural. Todavia, aos aspectos anteriormente sublinhados sobre o declínio no nível de protagonismo da agricultura, somam-se outros fatores que reforçam a tese do paulatino esvaziamento desta atividade enquanto referente de um estilo de vida que até então predominava em relação a outras ocupações no campo brasileiro e latinoamericano em geral. Nesse contexto, a produção de alimentos e matérias-primas cada vez mais assume o caráter de um ramo especializado na divisão social do trabalho.

O exercício da pluriatividade, ao que tudo indica, pode representar uma oportunidade não apenas para incrementar o nível de ingresso econômico familiar e diversificar as fontes de renda, mas para expandir o universo das relações sociais a que se acham submetidos agricultores e seus familiares que, em boa medida, acham-se à mercê dos caprichos da natureza e do estado de humor dos mercados. Não obstante a incorporação de tecnologias modernas e da profissionalização que incidiu sobre certos ramos produtivos, a agricultura segue sendo vista como atividade que não goza do reconhecimento esperado por parte da sociedade, a qual é invariavelmente tida como ocupação desenvolvida por trabalhadores desqualificados e com escasso nível de instrução e escolaridade.

Alguns dados contribuem para iluminar o debate em torno a essa questão. A pesquisa contabilizou um total de 992 pessoas residentes nos 238 domicílios dos estabelecimentos investigados (média de 4,2). Desse total subtraímos as pessoas com idade inferior a dezesseis anos e que somente estudam, assim como deficientes físicos ou mentais, idosos e pessoas que informaram não exercer nenhum tipo de atividade laboral, restando um total de 611 indivíduos que efetivamente representam a população economicamente ativa nas quatro áreas de estudo. Esse total se subdivide em três grandes classes de trabalhadores: a) os que atuam integralmente fora da exploração; b) os que atuam em tempo parcial (dentro e fora da exploração) e, finalmente, os que atuam integralmente na unidade familiar. A Fig.1 mostra diferenças marcantes entre os três subgrupos. Os que trabalham integralmente fora do estabelecimento possuem, em média, 4,4 anos a mais que os dedicados exclusivamente à própria exploração.

O desempenho da função de agricultor é visto, ainda hoje, como antagônico a uma formação educacional que ultrapasse os quatro anos do ensino fundamental. Em outras palavras, se reconhece o ofício de agricultor como destinado àqueles em que *“la cabeza no le dá para más”* (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1997, p.10).

No período que antecede à modernização da agricultura a formação do agricultor ocorria fundamentalmente por meio da transferência de saberes entre duas ou mais gerações, seguindo um processo essencialmente ritualista em que as habilidades pessoais eram vistas como decisivas para identificar a existência ou não de vocação para o trabalho agrícola. Nos relatos orais nos são

descritas situações em que o uso de velhas enxadas para roçar a horta da família, ou o gosto pelo trabalho na *colônia* era decisivo para aferir o grau de identidade com estes valores por parte da criança ou do jovem rural, bem como a aptidão para uma rotina de trabalho duro e desgastante. A situação atual é diametralmente oposta, particularmente naqueles ramos em que houve um processo de profissionalização bastante intenso, como no caso da suinocultura, avicultura ou outro tipo de exploração regida pelo sistema de integração vertical. Do produtor integrado são exigidos alguns conhecimentos básicos no que afeta ao cálculo de quantidades e manejo dos instrumentos que, em boa medida, ele consegue apropriar-se para o exercício das operações. Entretanto, já não estamos falando de um processo de transferência de conhecimentos e habilidades entre pais e filhos, mas de uma atividade regida por uma dinâmica ditada pelas imposições do mercado ou pelas rigorosas normas da empresa ao qual está vinculado. A rentabilidade da exploração depende cada vez mais da capacidade de adequação do produtor ao novo modo de produzir, em que pese a tendência declinante das rendas, o incremento substancial nos custos de produção, os quais, conjuntamente, repercutem no sentido de pressioná-lo na elevação da produtividade dos cultivos e/ou criações. Algumas falas retratam o paradoxo de um agricultor que obrigatoriamente tem de adequar-se aos novos tempos, considerando que esse esforço não coincidiu com uma elevação correspondente nas condições de vida de sua família, nem mesmo do reconhecimento em relação ao papel que desempenha para a sociedade.

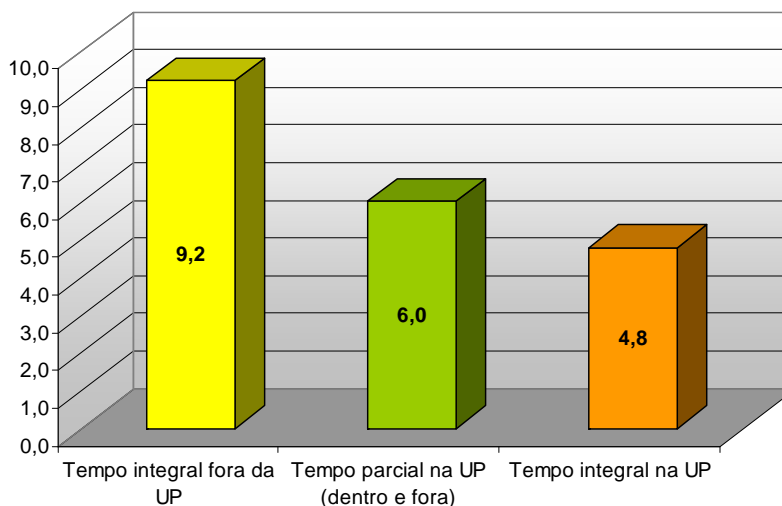


Figura 1 – Média ponderada de anos de estudo para os trabalhadores familiares que atuam em tempo integral fora da unidade familiar de produção, em tempo parcial e em tempo integral dentro da unidade de produção.  
Fonte: Pesquisa de campo AFDLP – CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

No passado recente o maior ou menor grau de prosperidade de uma família dependia do tamanho da prole, das condições do solo, do acesso aos mercados e de outros aspectos cuja importância reduz-se, hoje, enormemente. Há muitas formas de captar o sentimento da população rural em relação às condições em que hoje opera a agricultura. Uma delas nos foi apresentada quando os entrevistados foram indagados sobre se desejam ou não que seus filhos sigam a profissão de agricultor. Através dos dados da Tab. 10 vemos que 58,8% responderam afirmativamente; 30,2% disseram que *não* e 10,2% não sabem ou não quiseram responder. Tudo indica que as posições assumidas refletem o maior ou menor grau de prosperidade do negócio

familiar e a estrutura de oportunidades existentes na localidade ou região em que a propriedade está inserida, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas.

Diante desse esforço buscou-se avaliar as diferenças supostamente existentes entre as áreas de estudo. Os dados da Tab. 11 não evidenciam grandes discrepâncias entre os quatro estudos de caso, em que pese a localidade que apresenta as maiores rendas (agrícolas e não-agrícolas) é onde justamente temos o maior percentual de respostas afirmativas em relação a essa questão. O caso de Morro Redondo exprime o quadro de uma “agricultura familiar eclipsada”, no qual há fortes indícios de uma crise de expectativas para uma proporção crescente de estabelecimentos em face da atual restrição de alternativas de ocupação e renda, dentro e fora da agricultura. Nesse município, nada menos que 37,1% dos entrevistados responderam que não gostariam que seus filhos seguissem a profissão de agricultor, ao passo que em Salvador das Missões o mesmo dado equivale a 32,8%. No último caso, há que ponderar o fato das entrevistas terem coincidido com um período em que os produtores amargavam os efeitos de mais uma seca que reduziu sensivelmente a produtividade do principal cultivo (soja) e, conseqüentemente, o resultado econômico das explorações.

Tabela 10. Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo o desejo de que os filhos exerçam ou não a profissão de agricultor.

Desejo dos filhos serem agricultores	Nº de estabelecimentos	%
Sim	140	58,8
Não	72	30,2
Não sabe/sem resposta	24	10,2
Não se aplica	2	0,8
Total	238	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Resulta bastante emblemático o fato de que em Veranópolis, onde existe a maior proporção de explorações enquadradas como pluriativas (57,6%), tem-se a mais elevada porcentagem de entrevistados que desejariam que os filhos fossem também agricultores. Convergimos no entendimento de que esse dado expressa dois importantes aspectos. O primeiro deles tem a ver com o fato de que o exercício de outras atividades não acarreta, nessa região da geografia gaúcha, a perda de centralidade da agricultura enquanto estilo de vida, materializado, no limite, no mito da autonomia camponesa do colono sul-riograndense. O segundo aspecto parece apontar no entendimento de que tal preferência reflete um maior grau de otimismo das famílias por justamente contarem com condições infinitamente mais favoráveis de assegurar o atendimento de suas necessidades, se comparadas com quaisquer outras zonas do território gaúcho, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas. A prosperidade econômica da região pode inclusive favorecer com que os excluídos da sucessão hereditária possam permanecer nas comunidades rurais, conciliando o controle de pequenos lotes de terra com o trabalho nas fábricas e em outros ramos de atividade. Mas mesmo nesses casos, em que a reprodução social dos indivíduos é fortemente estribada em atividades extra-agrícolas, o estilo de vida idealizado não acarreta ruptura com a condição de colono.

Tabela 11. Distribuição dos estabelecimentos investigados segundo o desejo de que os filhos exerçam ou não a profissão de agricultor nos quatro municípios investigados.

Desejo dos filhos serem agricultores	Município							
	Morro Redondo		Salvador das Missões		Três Palmeiras		Veranópolis	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	32	51,6	34	58,6	36	61,0	38	64,4
Não	23	37,1	19	32,8	14	23,7	16	27,1
Não sabe/sem resposta	6	9,7	4	6,9	9	15,2	5	8,5
Não se aplica	1	1,6	1	1,7	0	0,0	0	0,0
Total	62	100,0	58	100,0	59	100,0	59	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPeI/UFRGS, 2003

Existiriam divergências entre agricultores pluriativos e agrícolas exclusivas do ponto de vista da vontade de que os filhos sigam o ofício de agricultor? Os dados da Tab. 12 indicam a não existência de diferenças substanciais entre os dois tipos de exploração frente a essa questão. A condição de pluriatividade aparece associada a diversas situações, muitas das quais até mesmo transitórias na perspectiva do ciclo vital de uma família rural que centra todas as suas energias no afã de garantir o atendimento de suas necessidades de consumo.

Tabela 12. Distribuição dos estabelecimentos pluriativos e agrícolas exclusivas segundo o desejo de que os filhos exerçam ou não a profissão de agricultor.

Desejo dos filhos serem agricultores	Distribuição porcentual (%)	
	Pluriativos	Agrícolas exclusivas
Sim	63,1	55,6
Não	31,1	29,6
Não sabe/sem resposta	5,8	13,3
Não se aplica	0,0	1,5
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPeI/UFRGS, 2003

A opção presente pela busca de novas fontes de ingresso econômico e de exercício profissional, ao que tudo indica, não pode ser tomada como determinante no desejo de que os filhos sigam ou não o ofício de agricultor. Assegurar uma renda adicional fora da propriedade pode servir, paradoxalmente, para obter os meios requeridos para realizar um investimento na propriedade e ampliar a capacidade produtiva da exploração. Nesse contexto, a realidade demonstra que os problemas relacionados à sucessão na agricultura familiar não podem ser reduzidos única e exclusivamente à dinâmica da agricultura e dos processos a ela relacionados. A transformação radical operada nas condições de produção, com o advento da mecanização e dos insumos modernos, não esteve acompanhada, no Brasil e na maioria dos países latino-americanos, com a melhoria das condições de vida da população residente no campo e nas pequenas localidades, que, salvo raras exceções, permanecem sob o signo da precariedade dos serviços sociais básicos (saneamento, saúde, segurança e educação). As representações em torno dos espaços rurais ou não-metropolitanos identificam-lhes como lugares do “não-desenvolvimento”. As famílias rurais, ao fim e ao cabo, internalizam essas visões como uma



espécie de fatalidade a que inexoravelmente acham-se submetidas.

No afã de responder às indagações anteriormente formuladas examinamos outros dados levantados no marco dessa pesquisa, como a questão das preferências dos agricultores familiares sobre o tipo de educação que julgam deva ser dispensada aos jovens do município e aos próprios filhos. Na resposta a esta pergunta poder-se-ia elucidar, na nossa acepção, o grau de identidade com a agricultura enquanto atividade profissional almejada para os descendentes. A maior preferência recai, entre pluriativos (67,0%) e agrícolas exclusivas (61,5%), por uma educação mista, que prepare os jovens para disputar empregos dentro e fora da agricultura. A preferência por uma educação orientada para disputar empregos fora da agricultura recai sobre 12,6% das respostas de pessoas vinculadas a estabelecimentos pluriativos, ao passo que nos agrícolas exclusivos é de apenas 8,2%. Uma educação voltada para exercer atividades agrícolas representou a escolha, respectivamente, de 16,5% e 20,7% dos entrevistados pertencentes a estabelecimentos pluriativos e agrícolas exclusivos. Possivelmente, o aspecto mais proeminente que aduzem estes dados é o reconhecimento, em ambos tipos de explorações, da necessidade de ampliar o universo de possibilidades em que convencionalmente se fecha a agricultura nos moldes em que opera a formação sócio-educativa em nosso país. Investigar as aspirações dos agricultores em relação à educação desejada para seus filhos e jovens do município representa mais um recurso através do qual torna-se possível conhecer o modo como os grupos domésticos avaliam o futuro da agricultura e do meio rural em que residem. Diante desse quadro, coincidimos com Lamarche (1998), segundo o qual,

Os projetos que os agricultores acalentam para seus filhos traduzem provavelmente, mais fielmente do que qualquer outro indicador, a avaliação que fazem da situação global da sociedade na qual vivem, assim como sua visão das perspectivas do estabelecimento agrícola e do futuro das coletividades onde moram. Basta que uma corrente significativa se oriente para o exterior, que comece a preparar seus filhos para outras profissões e para a emigração, para que possamos apostar que o setor agrícola ou o mundo rural atravessa, senão uma crise, pelo menos importantes dificuldades (LAMARCHE, 1998, p.119).

Tabela 13. Distribuição dos entrevistados segundo a opinião sobre o tipo de educação que deveria ser dispensada para os filhos e/ou jovens do município em que residem.

Tipo de educação que deveria ser dispensada aos filhos e/ou jovens	Distribuição percentual (%)	
	Pluriativo	Agrícola Exclusivo
Voltada para o exercício da agricultura	16,5	20,7
Uma educação geral orientada a disputar emprego e trabalho fora da agricultura	12,6	8,2
Uma educação mista e geral, orientada a trabalhar na agricultura ou em outra atividade	67,0	61,5
Não sabe/não quis responder	3,9	9,6
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

A grande mobilidade espacial tem sido um elemento marcante no cenário das colônias no Sul do Brasil, e expressa, em graus diversos e circunstâncias, as inúmeras dificuldades e desafios que se apresentam às famílias. Situações de *bloqueio* não são incomuns no universo da

agricultura familiar ante o intuito de assegurar as bases para que pelo menos um dos filhos reproduza a condição de agricultor, do mesmo modo em que existe o reconhecimento de que em grande medida a agricultura conhece limites no sentido de refletir as aspirações de ascensão social e de garantia de um nível de consumo socialmente aceitável, se confrontada com outros ofícios e tipos de ocupação hoje existentes. Há diferenças entre explorações pluriativas e agrícolas exclusivas no que tange ao grau de satisfação do agricultor e de sua família em relação à atividade agrícola? Os dados da Tab.14 revelam uma situação praticamente idêntica entre os dois tipos de estabelecimentos. A insatisfação atinge respectivamente 23,7% e 24,3% das explorações agrícolas exclusivas e pluriativas.

Tabela 14. Distribuição dos estabelecimentos exclusivamente agrícolas e pluriativos segundo o grau de satisfação em relação à atividade agrícola.

Grau de satisfação em relação à atividade agrícola	Tipo de exploração	
	Agrícola exclusivo	Pluriativa
Muito satisfeito	8,9	5,8
Satisfeito	66,7	68,9
Insatisfeito	23,7	24,3
Não sabe/sem resposta	0,7	1,0
Total	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Os dados da Tab.15 reforçam a hipótese de que o maior ou menor grau de satisfação com a agricultura pode estar relacionado com a vitalidade do tecido social e a dinâmica de desenvolvimento local ou regional. Em Morro Redondo é onde temos a mais alta percentagem de insatisfeitos, justo na localidade em que a sucessão mostra-se como a mais ameaçada entre as quatro localidades investigadas.

Tabela 15. Distribuição porcentual dos estabelecimentos segundo o grau de satisfação dos entrevistados em relação à atividade agrícola nos quatro estudos de caso.

Grau de satisfação em relação à atividade agrícola	Município			
	Morro Redondo	Salvador das Missões	Três Palmeiras	Veranópolis
Muito satisfeito	3,2	12,0	15,2	0,0
Satisfeito	56,4	62,1	72,9	79,7
Insatisfeito	37,2	25,9	11,9	20,3
Não sabe/sem resposta	3,2	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

Por seu turno, os dados da Tab.16 evidenciam uma possível associação do grau de satisfação com a agricultura em relação às rendas auferidas. Isso ocorre em todas as localidades confrontadas. Os que manifestaram insatisfação necessariamente possuem rendas mais baixas, tanto agrícolas quanto totais.

Tabela 16. Renda Agrícola e Total Média segundo o grau de satisfação dos entrevistados em relação à atividade agrícola nos quatro estudos de caso.

Município	Tipo de Renda	Grau de satisfação em relação à atividade agrícola		
		Muito satisfeito	Satisfeito	Insatisfeito
Morro Redondo	Agrícola	9.438,99	9.006,77	6.040,55
	Total	17.938,84	16.171,86	11.137,70
Salvador das Missões	Agrícola	33.031,61	11.980,61	11.192,37
	Total	48.038,32	17.801,55	16.758,84
Três Palmeiras	Agrícola	22.349,24	9.480,09	6.918,94
	Total	26.329,44	12.197,36	10.226,36
Veranópolis	Agrícola	-	19.072,30	14.154,17
	Total	-	32.348,89	22.125,60

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003

## 5. CONCLUSÕES

No estados do Sul do Brasil, o grande divisor de águas das mudanças operadas nos padrões sucessórios na agricultura familiar coincide, indiscutivelmente, com a modernização da agricultura desencadeada a partir da segunda metade dos anos 1960 e de outras transformações a ela associadas. Até meados dos anos oitenta uma proporção considerável de um universo de quase 1 milhão de explorações aprofundou a intensidade dos vínculos existentes com os mercados e ocupou um espaço expressivo na oferta de alimentos e matérias-primas ao país, assumindo, inclusive, amplo protagonismo no plano da exportação e/ou substituição de importações. Desse contingente forma parte um expressivo setor que, sob o império de contratos de integração vertical, foi igualmente responsável por ampliar a base produtiva nacional, como no caso da suinocultura, fomicultura e avicultura que ostentam padrões tecnológicos bastante avançados e fortemente competitivos no plano internacional. No curso dessas mudanças, reconhecidas por alguns como profissionalização dos processos produtivos, o *ethos do colono* reduz consideravelmente seu significado enquanto quadro referencial das estratégias familiares e dos projetos que concebem os indivíduos em relação ao futuro. Em graus diversos mas, indistintamente, tal dinâmica incide sobre os quatro quadrantes do Rio Grande do Sul, onde se constata a hegemônica presença da agricultura familiar. A experiência internacional descreve a mercantilização dos espaços rurais como dinâmica que se impõe como resultado da busca incessante por converter em mercadorias todos os valores de uso, inclusive os que não guardam vínculos imediatos com a produção agropecuária. Dito fenômeno alcança a realidade sobre a qual nos debruçamos a investigar. Esta se impõe como um fator que repercute no modo como as famílias atualmente concebem o ofício de agricultor, o valor material e simbólico que atribuem ao patrimônio familiar, ao espaço em que residem, bem como às relações que contraem com outros atores e instituições e as próprias aspirações de seus membros.

Nesse artigo tratamos de explorar possíveis evidências de diferenças existentes entre explorações agrícolas exclusivas e pluriativas no que tange ao modo como as famílias reagem frente ao tema da sucessão hereditária. O cruzamento de informações e o exame da realidade não identificaram diferenças substanciais entre os dois tipos de explorações.

Tudo indica que o processo sucessório na agricultura familiar é bastante mais afetado pelo

grau de dinamismo das atividades econômicas na região em que esta se encontra inserida e pelo tamanho do negócio familiar, do que em virtude da maior ou menor incidência da pluriatividade. O estudo realizado em 238 estabelecimentos familiares revelou que a herança segue sendo a forma preponderante de obtenção das terras entre os agricultores, bem como outros mecanismos a ela associados, como a compra de parentes, os quais, conjuntamente, compreendem quase dois terços dos casos. Em apenas 10,2% dos estabelecimentos encontramos as esposas como herdeiras do patrimônio fundiário da família, comprovando ser esta uma tendência que se mantém praticamente inalterada através do tempo. Em nada menos que 64,0% dos casos foram os esposos os herdeiros da propriedade onde atualmente as famílias produzem e residem.

Resulta bastante emblemático o fato de que 34% dos produtores entrevistados afirmaram a não existência de herdeiros potenciais no âmbito da própria família. Essa possibilidade existe para apenas 47,1% dos casos, ao passo que 18,9% não souberam ou não quiseram informar. No extremo sul gaúcho, representado pelo município de Morro Redondo, é onde a sucessão familiar mostra-se indiscutivelmente mais ameaçada. O nível mais baixo das rendas (agrícolas e não-agrícolas) não é suficiente para explicar esse quadro mas, sem dúvida alguma, é parte da explicação. Aliado a isso tem-se a questão da crise de perspectivas que muitas famílias manifestam diante da escassez de alternativas econômicas, dentro e fora da agricultura, e do escasso nível de capital social. Em Morro Redondo é onde temos a menor proporção (51,6%) de estabelecimentos cujos titulares gostariam que os filhos seguissem a profissão de agricultor, assim como o mais alto grau de insatisfação em relação à atividade agrícola (37,2%) entre os quatro estudos de caso. Veranópolis, na Serra Gaúcha, evidencia uma situação diametralmente exposta em relação a maior parte destes aspectos. Não apenas o maior nível das rendas agrícolas responde ao maior grau de otimismo das famílias rurais em relação ao futuro, mas, sobretudo, à possibilidade de que estas lancem mão de alternativas capazes de ampliar o nível de ingresso econômico, como é o caso das atividades não-agrícolas e de outras iniciativas voltadas à diversificação de rendas e de produtos. Nesta localidade gaúcha, onde a maior parte das explorações é pluriativa, é justamente onde encontramos a mais alta proporção (64,4%) de entrevistados que manifestaram o desejo de que os filhos sejam agricultores.

Nessa região os arranjos familiares sobre a herança da terra são bastante diversos, guardando estreitos vínculos com a disponibilidade de solo e com a demanda de trabalho existente no âmbito regional. Em Veranópolis existe a possibilidade de que inclusive os excluídos da herança possam permanecer nas comunidades rurais na condição de colonos-operários junto às indústrias, principalmente as de calçados e metalúrgicas. Isso não acarreta, como pudemos comprovar, a perda de centralidade da agricultura e das raízes culturais, senão que pode inclusive servir para reafirmar a identidade camponesa, a qual é regida pela chamada “ética do trabalho”. O fato de existir esse mercado de trabalho ameniza a pressão por subdividir as terras, desde que, pelo menos um dos herdeiros, possa reproduzir a condição original e estabelecer-se como colono. Não dispomos, definitivamente, de elementos capazes de sinalizar que a desestruturação dos procedimentos usuais de transmissão do patrimônio fundiário tenham uma relação direta e imediata com a questão da pluriatividade. Se essa verdadeira “implosão” dos padrões sucessórios é hoje tida como cenário recorrente em muitas colônias do Sul do país, ela deve-se a inúmeros aspectos, entre os quais, à desvalorização da profissão do agricultor, à queda das rendas agrárias, à redução do número de filhos e à falta de perspectivas com que se deparam os jovens residentes no campo e em pequenas localidades do Sul do país. Coincidimos com Lamarche, ao afirmar que



a pluriatividade acarreta problemas teóricos incontornáveis e de que a análise econômica de *per si* não consegue explicar a persistência de um número considerável de famílias rurais em meio a um quadro de grandes dificuldades. Tal estratégia revela,

[...] sobretudo a influência de um forte resíduo social e cultural, fricção «irracional» do ponto de vista das escolhas econômicas – que é chamada de «apego à terra», «apego a um modo de vida» - particularmente manifesta naqueles que, mesmo tendo um emprego não-agrícola em tempo integral, permanecem obstinadamente ligados à unidade de produção, mesmo que ela seja deficitária. (LAMARCHE 1998, p.170-171; destacado no original)

A natureza enigmática da agricultura familiar se exprime de modo insofismável na emergência da pluriatividade enquanto fenômeno identificado com o atual quadro de transformações que experimentam tais explorações. A agricultura não ocupa o mesmo espaço e protagonismo de tempos pretéritos, o que decisivamente contribui para reforçar uma imagem bastante negativa do ofício que desempenham muitos agricultores, particularmente onde a sobrevivência acha-se mais ameaçada, como no Sul do Estado e na região do Alto Uruguai. Esta valoração, marcadamente negativa, acha-se totalmente descolada do modo como os indivíduos avaliam o espaço em que residem, sendo este reconhecido como portador de atributos dos quais não desejam renunciar, tais como a paz, a tranqüilidade, a relação com os vizinhos e o contato com a natureza.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY R. *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*. S. Paulo, R. de Janeiro, Campinas: HUCITEC/Edunicamp/Anpocs, 1992, 275 p. (Estudos Rurais)
- CAMARANO, A. e ABRAMOVAY, R. Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. In: *XXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS*, 1997, 20 p. (mimeo)
- LAMARCHE, H. (coord.) *Agricultura Familiar: comparação internacional*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. Trad. Frédéric Bazin, 348 p. (Coleção Repertórios)
- MELLO, M. A. de; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.L.; DORIGON, C.; FERRARI, D.L.; TESTA, V.M. Sucessão hereditária e reprodução social na agricultura familiar. In: *Agricultura em São Paulo*, v.50, nº 1, p. 11-24, 2001.
- SACCO DOS ANJOS, F. Agricultura Familiar, Pluriatividade y desarrollo rural en el Sur de Brasil. In: *Revista Internacional de Sociología*, Espanha, v. 28, n. Jan-Abr, p. 173-205, 2001.
- SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.
- SACCO DOS ANJOS, F.; CALDAS, N. V. Cambios demográficos em el Brasil meridional: la masculinización, el envejecimiento y la desagrarización de la población rural. In: *Perspectivas Sociales – Social Perspectives*, revista de la Universidad Autónoma de Nuevo León y The University of Texas at Austin, México, v. 5, nº 2, otoño/Fall, p. 71-111, 2003.
- SACCO DOS ANJOS, F. e CALDAS, N.V. Pluriatividade e Ruralidade: Falsas Premissas e Falsos Dilemas, In: CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (eds) *O Novo Rural Brasileiro: Novas ruralidades e urbanização*, v. 7. Brasília: Embrapa, 2004, p. 71-105.



SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS Editora, 1999, 205 p.

SEYFERTH, G. Herança e Estrutura Familiar Camponesa. In: *Boletim do Museu Nacional*. N.S. Antropologia, n. 52, 1985.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 23-56.